

# Política

politica@correiodopovo.com.br  
 Editor: Luiz Augusto Kern  
 Editor assistente: Dulci Emerim



<http://www.correiodopovo.com.br/blogs/talineoppitz>

## Taline Oppitz

Luiz Augusto Kern - Interino lak@correiodopovo.com.br

### Tempo perdido

O Cpers perdeu a oportunidade ontem de sair da quase greve com um mínimo de racionalidade, que poderia ser demonstrado com o interesse da entidade em sentar e discutir o que pode ser feito de positivo pelo ensino médio. Ao insistir no velho e surrado caminho de acusar o projeto de tentar "formar mão de obra barata para o mercado" e "impedir que filhos dos pobres tenham acesso à universidade", a entidade afasta qualquer solução possível para a baixa qualidade do ensino no Estado. Os dados indicam que há 40% de repetência e 10% de abandono no ensino médio. Tão justa quanto à luta pelo piso é a busca conjunta por um ensino de melhor qualidade no RS.

### Ronaldinho

Faltando apenas uma assinatura para que se instale a CPI para investigar os convênios da Secretaria Municipal de Educação com o Instituto Ronaldinho Gaúcho é de se perguntar: porque os outros vereadores não assinaram? Têm medo de alguma coisa?

### Reforma

Com novas denúncias envolvendo o ministro das Cidades, Mário Negromonte (PP), e as incertezas pesando sobre o ministro Carlos Lupi (PDT), do Trabalho, Dilma Rousseff não terá como segurar por muito tempo uma reforma ministerial, que deve sair mesmo em janeiro.



CACD ARGEMI / PRATINI / CP

### Cercado

Enquanto o Cpers realizava assembleia na Capital, o governador Tarso Genro estava em Santana da Boa Vista, no Sul do Estado, para reunião com prefeitos. Entre uma agenda e outra, Tarso foi cercado por professoras. O assunto, claro, foi a data do pagamento do piso. Tarso reiterou que será pago dentro do seu governo. E garantiu mais discussão sobre a reforma do ensino médio.

### Passou dos limites

Presidente Dilma Rousseff deveria pedir abertura de processo contra o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). Desta vez, ele foi longe demais. Em nenhuma democracia do mundo é permitido fazer o que Bolsonaro fez ontem na tribuna da Câmara. O presidente da Casa, Marco Maia, precisa agir. É demais.

### Apartes

■ Comissão Especial da Reforma Política adiou para terça-feira da semana que vem a votação da reforma. Deputados querem mais prazo para debater o projeto.

■ Fundação Ulysses Guimarães do RS e o diretório regional do PMDB realizam no próximo final de semana um encontro com os 33 coordenadores regionais do partido. Evento ocorre hoje e amanhã em Salvador do Sul e contará com a presença dos presidentes das fundações de vários estados, além de parlamentares e prefeitos do partido.

■ Boa a iniciativa da Assembleia em instalar uma comissão especial para analisar a situação da Universidade Estadual do RS (Uergs).

■ Presidente do Senado, José Sarney, deverá colocar em pauta na próxima semana o projeto de regulamentação da emenda constitucional 29, que fixa percentuais mínimos de investimentos em saúde pela União, estados e municípios.

### TCE debate transparência

■ O Tribunal de Contas do Estado realiza dia 5 de dezembro o seminário "Acesso à Informação Pública e Transparência", com a participação de especialistas e jornalistas debatedores. O evento tem por objetivo debater o conteúdo e as repercussões da nova Lei de Acesso à Informação Pública, lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

### TJM nega estoque de ações

■ O Tribunal de Justiça Militar (TJM) afirmou ontem que rejeitou duas metas que propunham a redução do seu estoque geral de processos em 10% em 2012 e 2013, durante o 5º Encontro Nacional do Judiciário, porque não registra acúmulo de ações. O TJM afirma que já está julgando processos referentes ao ano de 2011.

# Villaverde: 'Pagamento não teve base legal'

Assembleia decide cortar FGs sem esperar pela votação do pleno do TCE

O presidente da Assembleia Legislativa (AL), deputado Adão Villaverde (PT), declarou ontem que os cortes no pagamento das Funções Gratificadas (FGs) terão efeito somente a partir de janeiro, pois não há tempo hábil para alterações na folha de pagamento. "Já estamos no fim do mês e agora os servidores têm até dez dias para ingressarem com recurso."

O parlamentar explicou que assim que recebeu a notificação da decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE) chamou imediatamente uma reunião com a Mesa Diretora da Assembleia e determinou aos procuradores de carreira da AL que fizessem um exame no parecer do órgão fiscalizador. "Eles confirmaram o entendimento do TCE, portanto, a Mesa decidiu, por unanimidade, acolher a recomendação do Tribunal por falta de base legal que justificasse o pagamento."

Para o presidente da Casa, o apontamento do TCE é suficientemente claro para a tomada de decisão do corte do pagamento sem esperar pela decisão do Ple-



EDUARDO QUADROS / AL / CP

'Corte somente ocorrerá a partir da folha de janeiro', revelou Villaverde

no. "Achamos que esperar não seria correto. Estamos em uma democracia e quem se sentir prejudicado tem todo direito de recorrer", afirmou Villaverde.

O presidente do Sindicato Funcionários Efetivos e Estáveis da Assembleia Legislativa (Sinfeel), Flávio Dall'Agnol, refutou a decisão da Mesa. "A administração da Casa não pode cortar assim, sem a decisão do Pleno."

O presidente do Sinfeel declarou ter "plena convicção" de que as gratificações são legais. "A lei foi publicada no Diário Oficial há oito anos", afirmou. O sindicato definiu como atuará nos próximos dias. "Nós procuraremos levar aos deputados a mais ampla informação legal, para esclarecimentos dos fatos. Somos funcionários e respeitamos a hierarquia", concluiu Dall'Agnol.

## Covatti considera ato 'precipitado'

O deputado federal Vilson Covatti (PP) considerou "precipitada" a decisão do presidente da Assembleia, Adão Villaverde (PT), que acatou apontamento do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e suspendeu o pagamento de FGs supostamente irregulares para 101 servidores do Legislativo. O progressista, que era presidente da Assembleia em 2003, ano em que as gratificações foram incorporadas aos salários dos servidores de Nível 2, afirmou que seria mais adequado aguardar o julgamento do mérito da questão no Pleno do TCE.

"Em nome de que se faz isso? Foi um ato jurídico perfeito, feito dentro da legalidade. No mínimo se deveria aguardar a apreciação do mérito. Imagine a demanda que isso vai gerar na Justiça", declarou o parlamentar, projetando uma corrida ao Judiciário pelos servidores atingidos, onde eles poder-

ão requerer a retomada das FGs e o pagamento dos valores referentes ao período de suspensão do benefício.

Covatti rebateu a versão de que as FGs não poderiam ser incorporadas por meio de decreto. "É uma questão burocrática. O decreto legislativo é amparado por lei", afirmou. O deputado ainda defendeu o pagamento das gratificações aos funcionários, negando que o volume de recursos aplicados, cerca de R\$ 4 milhões ao ano, representem exagero ou ato antiético. "Imoral é não pagar o que se deve aos funcionários. Quando eu assumi à Assembleia, o Nível 1 já tinha recebido o benefício. Já estava na programação que o Nível 2 também precisava receber", argumentou Covatti. Ele defendeu a sua gestão à frente do Legislativo ao dizer que fez economia de R\$ 28 milhões em 2003.

## PSD conversa com Manuela

A deputada federal e pré-candidata à Prefeitura de Porto Alegre, Manuela D'Ávila (PC do B), almoçou ontem com o presidente estadual do PSD, o também deputado federal Danrlei Hinterholz. Manuela afirmou que esta foi a segunda reunião com representantes da nova sigla no Estado. "A gente tem uma opinião bastante semelhante", disse a comunista. Ela não descartou uma possível aliança nas eleições municipais do próximo ano. O presidente estadual do PC do B, Raul Carrion, participou do encontro.

## Definidas emendas para orçamento

A bancada gaúcha em Brasília, formada por deputados e senadores, definiu na noite da quarta-feira as 20 emendas que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento para integrar a Lei de Orçamento Anual 2012. Na reunião, por sugestão do coordenador da bancada, deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), também foi aprovada uma resolução política que definiu dez assuntos como temas prioritários para 2012. A decisão ocorreu de forma consensual, sem necessidade de votação.

Entre as prioridades estão: hospital público regional Norte,

hospital público região Centro, Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, fomento à incubadoras e parques tecnológicos, pavimentação de rotas turísticas, Uergs, aquisição de equipamentos para hospitais, readequação das vias urbanas para melhorias do acesso ao bairro Humaitá, adequação BR 386/BR 158, BR 285 e BR 116, apoio ao pequeno produtor rural, Ceitec, construção da BR 392, implantação de hospitais de alta complexidade, incentivos para agricultura familiar e recuperação de estradas vicinais. Ao todo foram analisadas mais de cem propostas.